

Como é do vosso conhecimento o Somos Coimbra solicitou o agendamento da solução do Sistema de Metro Mondego para esta reunião já que considera que este processo permanece envolto de inverdades, múltiplas dúvidas e mistificações que carecem de clarificação e transparência. Contudo o Sr. Presidente não o fez, seja porque, como ele próprio referiu, considerada que o processo está mais do que estudado, ou estão porque já não acredita neste projeto. De facto ao ver a dotação orçamental para 2008 limitada a uns parcos 10 euros e sem qualquer provisão plurianual, quando o prazo de execução é de apenas 3 anos, leva-nos a concluir que este projeto não é uma prioridade para esta cidade ou então não está a ser levado devidamente a sério!

Remeter a responsabilidade dos estudos e as todas as decisões para a Sociedade Metro Mondego, como referiu na última reunião ordinária, não é de todo aceitável nem desejável já que, o sucesso do projecto e, particularmente, a sua atratividade, captação de passageiros e por inerência a sua sustentabilidade económica depende maioritariamente do funcionamento do sistema na área urbana de Coimbra. Como tal a CMC tem de assumir uma atitude pró-ativa, e antecipar estudos para determinar como pretende inserir este novo sistema no meio urbano, seja em termos de adaptação e reestruturação da rede rodoviária envolvente, seja em termos de revisão da cobertura da rede dos SMTUC, incluindo a compatibilização dos sistemas de informação e de bilhética integrada.

Coimbra não pode ir simplesmente a reboque das soluções que lhe forem impostas pelo Governo e que, como é dedutível, serão baseadas em critérios meramente economicistas, relegando para 2º plano preocupações de requalificação urbana e menosprezando os verdadeiros impactes funcionais, ambientais e sociais. Corre-se por isso seriamente o risco de recairmos sobre mais uma linha vulgar de autocarros, condicionada ou mesmo paralisada pelo trânsito rodoviário e que em nada virá a contribuir para a alteração do paradigma da mobilidade em Coimbra. Honestamente só uma solução minimalista deste género é compatível com o cronograma de trabalhos

apresentado no passado mês de junho nesta Câmara Municipal e cuja leitura, aponta desde já para atrasos significativos no andamento dos trabalhos...

Coimbra tem de exigir um sistema de qualidade! Deve isso aos seus cidadãos que aguardam há mais de 20 anos por um sistema de qualidade, atrativo, inovador, confortável, fiável e acima de tudo, capaz de os convencer a largar o veículo próprio. Parece-me que a aceitação da eliminação do túnel de Celas é paradigmática de que tudo permanece por estudar!

Em prol de Coimbra e dos seus cidadãos, importa constituir uma comissão de avaliação técnica, capaz de promover um debate transparente sobre este sistema, impedindo que o projeto atualmente em curso se revele um autêntico fiasco para a cidade, com a conivência desta Câmara Municipal.

Por outro lado, esta semana, a ANSR publicou o relatório oficial sobre a sinistralidade de 2017. Lamentavelmente o país viu aumentar significativamente o número de vítimas (seja de mortos seja de feridos graves), ao ponto do Sr. Ministro da Administração interna vir anunciar que é preciso agir com determinação no combate a este flagelo. Coimbra está entre os distritos que contribuiu para esse aumento. Em termos relativos, os mortos aumentaram 36% contra os 14% a nível nacional e o índice de gravidade aumentou, num ano, de 1,4 para 1,8 sendo francamente superior à média nacional que é de 1,5.

Sendo certo que muitos dos acidentes ocorrem em zona interurbana, e portanto recaem sob a jurisdição das Infraestruturas de Portugal, também é certo que mais de 75% dos acidentes e 50% dos mortos ocorrem em espaço urbano, onde as autarquias assumem um papel determinante na prevenção e correção de pontos negros.

Alias ainda no sábado ao ler o Diário das Beiras, fui confrontada com a notícia “Quatro feridos em nove acidentes em Coimbra durante o dia de 5ª feira”!

Assim, gostaria de saber qual é que a política da CMC no combate à sinistralidade? Como é que estes números são tratados e qual o plano

de ação delineado? Também a este nível vale a pena olhar para as boas práticas implementadas por outros municípios (Lisboa, Porto, Viseu, Oliveira do Bairro...) que dispõem de SIGs onde, de forma automatizada, se identificam os pontos/zonas de acumulação de acidentes e se definem medidas mitigadoras? A que nível está o desenvolvimento do Plano Municipal de Segurança Rodoviária, incentivado pelo Governo através da ANSR, desde 2009?

A CMC deve ser pró-ativa na prevenção de acidentes: Não tem de haver necessariamente mortos para termos de atuar!